



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE GEOGRAFIA EM REDE
NACIONAL - PROFGEO



**PARECER DE RECURSOS EDITAL PROFGEO/URCA Nº 03/2025, DE 15 DE
SETEMBRO DE 2025**

**Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede
Nacional – PROFGEO**

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA)

A Comissão de Seleção Institucional para o Exame Nacional de Acesso (ENA) ao Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO), da Universidade Regional do Cariri (URCA), no uso de suas atribuições, **divulga os Pareceres aos recursos apresentados pelos candidatos referentes ao resultado preliminar e à lista de pessoas inscritas com as respectivas notas e ao resultado da prova dissertativa.**

CPF: 026.***.***-56

Recurso: Solicito revisão da prova objetiva onde, após conferência acertei 15 questões, o que se contrapõe à nota da relação oficial (7,0) e me colocaria na etapa seguinte de correção da redação.

Conforme o edital, item 8.8, o prazo para interposição de recurso ao 'RESULTADO PRELIMINAR e à lista de pessoas inscritas com as respectivas notas e ao resultado da prova dissertativa', será de 13 a 16 de dezembro de 2025.

Parecer: Recurso indeferido.

Após nova leitura do Cartão-Resposta do(a) Candidato(a), verificou-se que a nota atingida foi de 7,0, não havendo habilitação para segunda etapa.

CPF: 651.***.***-72

Recurso: Prezados(as), gostaria, se possível, solicitar uma revisão da correção na minha prova dissertativa, pois de acordo com o tema solicitado, realizei uma breve contextualização histórica sobre a situação da população negra e a questão racial no Brasil, pois esse resgate histórico é fundamental para compreender o racismo estrutural que, infelizmente, foi uma das bases da formação da sociedade brasileira e faz parte da nossa realidade. Em seguida, brevemente, citei o que o Estado pode realizar em termos de políticas públicas, inclusive

como política educacional e o papel de uma Geografia Escolar Antirracista na construção de uma consciência crítica ao modelo predominantemente racista na sociedade, com respeito aos povos quilombolas e valorização dos saberes ancestrais. Diante do exposto, venho através deste, fazer a solicitação da revisão mencionada acima.

Parecer: Recurso Indeferido.

O(A) candidato(a) ao desenvolver a escrita da redação realizou discussões de forma superficialidade de ponto solicitados no enunciado da questão. Apresentou contextualização histórica e abordou o papel do poder público sobre a inclusão socioeconômica da população marginalizada, através da posse de terras. Na sequência didática apontou apenas sobre a possibilidade do estudo dos espaços, citando a cartografia, no entanto não desenvolveu o raciocínio, não chegando a citar sobre Sequência Didática. No papel da escola apenas ponderou a necessidade de se desenvolver educação étnico-racial por meio de projetos de reconhecimento das raízes dos povos, sem realizar contextualização desse aspecto. Define-se pela manutenção da nota atribuída.

CPF: 088.***.***-80

Recurso: Conforme previsto no edital, Em relação a nota da prova discursiva solicito RETIFICAÇÃO da mesma, na qual se eleva de 9 para 10 pontos, com base nos seguintes fundamentos: No texto foi proposta ações em defesa dos povos tradicionais e suas peculiaridades, neste sentido foram citadas ações de turismo ecológico e de forma aprofundada a produção de selo de rastreio de origem do minério brasileiro para fins de proteção de comunidades e seus efeitos de apoio denso em prol do desenvolvimento social. Esta sugestão está em conformidade ao requerido tanto no enunciado da prova assim como na BNCC, considerando isto deve-se obter os 30(3 pontos) PONTOS OFERTADOS. Conforme solicitado foi externada uma sequência didática, esta pautada no empoderamento (seguindo os ensinamentos do professor Paulo Freire), no qual o grupo discente do ensino fundamental são propostas ações ao longo do mês letivo, de início, entrevistas visando o diálogo familiar sobre o racismo no cotidiano das famílias, ao término deste período é destacado ações de combate ao racismo nos quais os alunos e seus familiares podem fazer, é imperioso destacar o fato da minoria da população brasileira ter conhecimento sobre os

direitos, neste viés o aluno se torna agente transformador da sociedade. Conforme destacado por Paulo freire ensinar é criar possibilidades para construir conhecimento, não transferir. A leitura do mundo precede a da palavra, formando sujeitos críticos que agem sobre a realidade para transformá-la, não para reproduzir opressões. considerando isto deve se obter os 30(3 pontos) PONTOS OFERTADOS. Ao término do texto é destacado o papel na escola na formação da consciência crítica social. De início é destacado a necessidade de formação do corpo docente para esta pauta, assim como a necessidade do planejamento didático voltado a união do desenvolvimento cognitivo do aluno e sua capacidade de se inserir no mercado de trabalho, desta forma os grupos sociais tais como quilombolas e indígenas podem se desenvolver socialmente assim como fortalecer sua cultura, criando um ambiente sem desigualdade social, esta pauta coloca em destaque o papel da escola em abrir um horizonte para alunos de periferias e locais distantes do grande centro, em suma o texto segue o ensinamento na obra pedagogia do oprimido de Paulo freire. No qual destaca a defesa do ideal que a educação deve despertar a consciência do trabalhador sobre sua realidade, transformando-o de objeto a sujeito de sua própria história. Distante disto deve obter os 40(4 pontos) PONTOS. Ao término AO TÉRMINO REITERO QUE SEJA ELEVADA O VALOR NOTA, passando de 9 para 10(100) pontos. Considerando-se que a resposta atendeu o que foi requerido, solicito o aumento da nota de 9 pontos para 10 pontos.

NA obra base nacional comum curricular(BNCC) está presente, entre outras, a HABILIDADE EF09GE12 no qual determina “Explicar o processo de formação dos recursos minerais e a consequência de sua utilização na indústria, bem como as condições de trabalho na América e África, comparando a situação do Brasil com a de outros países dos dois continentes” Na mesma obra presente na página 316 é destacado o seguinte: “Na unidade temática Natureza, ambientes e qualidade de vida, busca-se a unidade da geografia, articulando geografia física e geografia humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais do planeta Terra. No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, destacam-se as noções relativas à percepção do meio físico natural e de seus recursos. Com isso, os alunos podem reconhecer de que forma as diferentes comunidades transformam a natureza, tanto em relação às inúmeras possibilidades de uso ao transformá-la em recursos quanto aos impactos

socioambientais delas provenientes. (BNCC P.316) A proposta didática segue a fundamentação presente na obra pedagogia do oprimido de Paulo Freire e Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa do professor Paulo Freire, assim como na lei de diretrizes e base da educação básica (9.394/96) no qual ambos defendem o ideal de ensinar para construir e não somente para memorizar. “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 2005, p. 47) A LDB (9394/96) No artigo Art. 3º destaca que o ensino será ministrado com base, entre outros, no princípio de vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. Referências BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempointegral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf Acesso em 14/12/2025 FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido: Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987 FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa: Paz e Terra, São Paulo, 2005 BRASIL, Diretrizes e bases da educação nacional. LDB. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm Acesso em 14/12/2025

Parecer: Recurso indeferido.

O(A) candidato(a) na produção textual apresenta uma reflexão inicial bastante interessante. Faz uma contextualização histórica, mencionando garimpo ilegal, extermínio dos povos nas favelas, agronegócio. Sobre o papel do Estado, mencionou criar mecanismos de proteção - selo de origem do minério pelo IBAMA. No entanto, não indicou ações de turismo ecológico, como mencionou no recurso.

Como proposta didática, indicou realizar atividade bimestral, onde no 1º mês os alunos fariam entrevistas com familiares, questionando os momentos que presenciaram o racismo; no 2º mês os alunos realizariam palestras sobre leis de proteção e procedimento legal de defesa contra violência. Avalia-se que faltou destacar a intencionalidade pedagógica das etapas/concatenação entre as etapas da proposta. Por exemplo, que as entrevistas iriam apresentar um diagnóstico identificando como a violência racial está presente, ou mesmo, que é “normalizada” em diferentes contextos; E, a partir deste diagnóstico inicial, os alunos

realizaram pesquisas para compor as palestras. Avalia-se que faltou destacar a contribuição direta da Geografia

Colocou a escola como espaço de promoção do pensamento crítico, local de empoderamento ao combate do racismo.

O recurso coloca de forma circunstanciada a necessidade de formação do corpo docente, do planejamento didático, entre outras questões. No entanto, esses elementos não foram mencionados na prova escrita.

Define-se pela manutenção da nota atribuída.

CPF: 070.***.***-29

Recurso: À Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE GEOGRAFIA EM REDE NACIONAL – PROFGEO URCA Edital nº 03/2025, venho, respeitosamente, solicitar a reavaliação da nota atribuída à prova discursiva, conforme previsto no edital do processo seletivo. Na prova objetiva obtive nota 8,0, com 16 acertos em um total de 20 questões, resultado que reflete um domínio satisfatório dos conteúdos teóricos exigidos. Diante desse desempenho, apresento este pedido de forma cautelosa, considerando a coerência entre o conhecimento teórico avaliado na prova objetiva e os argumentos desenvolvidos na prova discursiva. Em relação à redação, procurei atender à proposta apresentada, dialogando com os textos motivadores e refletindo sobre os processos históricos de marginalização das culturas afro-brasileiras e indígenas. Busquei, dentro dos limites da prova, contemplar os aspectos solicitados, a saber: a apresentação de uma proposta de intervenção do poder público voltada à defesa das territorialidades tradicionais; o desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas alinhadas ao ensino de uma Geografia antirracista, com valorização dos saberes e vivências dos povos historicamente excluídos; e a reflexão sobre o papel da escola na formação de uma consciência social crítica e respeitosa da diversidade cultural. Ressalto, ainda, que a limitação de até 20 linhas exigiu um esforço significativo de síntese, o que pode ter implicado na exposição mais sucinta de algumas ideias que, em outro formato, poderiam ter sido desenvolvidas com maior detalhamento, sem prejuízo da coerência e da intencionalidade do texto apresentado. Reconheço que a prova discursiva é passível de diferentes interpretações avaliativas e

reafirmo meu respeito ao trabalho da Comissão Examinadora. Ainda assim, considerando a proximidade da nota final em relação à média necessária para aprovação, peço que seja avaliada a possibilidade de revisão da correção, caso se entenda pertinente. Agradeço desde já a atenção dispensada e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O presente recurso fundamenta-se nos princípios da razoabilidade e da coerência avaliativa, considerando que o desempenho obtido na prova objetiva (nota 8,0) demonstra domínio consistente dos conteúdos teóricos exigidos pelo certame, os quais também subsidiam a elaboração da prova discursiva. Na redação, foram atendidos os aspectos solicitados na proposta, com diálogo aos textos motivadores e reflexão crítica sobre os processos históricos de marginalização das culturas afro-brasileiras e indígenas, articulando: proposta de intervenção do poder público; práticas didático-pedagógicas voltadas ao ensino de uma Geografia antirracista; e o papel da escola na formação de uma consciência social crítica e respeitosa da diversidade cultural. Ressalta-se que o limite máximo de 20 linhas exigiu elevado grau de síntese, o que pode ter restringido o aprofundamento de algumas ideias, sem prejuízo da coerência, pertinência temática e intencionalidade do texto. Diante disso, e considerando a proximidade da nota com a média para aprovação, solicita-se a reavaliação da correção, conforme critérios estabelecidos no edital.

Parecer: Recurso indeferido.

O(A) candidato(a) realizou uma contextualização histórica interessante, apontando as consequências para o contexto atual. Ao falar do papel do Estado, mencionou que a política de cotas vem diminuindo as diferenças. Na sequência, falou do documentário “Terras brasileiras”, que aborda a negligência estatal no tratamento das terras indígenas. Neste ponto, indica que a demarcação seria importante para preservação da cultura e da vida dos povos originários. Sobre a sequência didática, falou de trabalhar Oficinas com temas antirracistas, aulas de capoeira, dança afro, arte, através de uma abordagem interdisciplinar. No entanto, não apresentou uma reflexão sobre as diferentes etapas de ensino, ou seja, a intencionalidade pedagógica. Indicar apenas que trabalhar os temas a longo prazo vai transformar a sociedade, não contempla plenamente o proposto. Finaliza o texto apontando a escola como formadora de cidadãos críticos.

Define-se pela manutenção da nota atribuída.

CPF: 061.***.***-14

Recurso: Solicito, respeitosamente, a revisão da nota atribuída à minha prova dissertativa no Exame Nacional de Acesso ao Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO/URCA), atualmente fixada em 8,5 pontos, considerando que o texto apresentado atende de forma consistente, articulada e fundamentada aos critérios estabelecidos na proposta, demonstrando domínio conceitual, coerência argumentativa e adequação ao formato dissertativo contínuo exigido. Diante disso, requer-se a reavaliação da prova com a consequente majoração da nota para, no mínimo, 9,5 pontos, em consonância com a abrangência, a clareza e a qualidade da resposta apresentada.

A redação desenvolvida contemplou integralmente os três eixos solicitados na proposta. Inicialmente, apresentou uma proposta de intervenção do poder público voltada ao fortalecimento da defesa das territorialidades tradicionais e à promoção da justiça social, ao abordar as lutas históricas dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais pelo reconhecimento jurídico, pela preservação de seus territórios ancestrais e pela garantia de direitos, relacionando tais processos às dinâmicas do Estado, da globalização e das desigualdades socioespaciais. Em seguida, o texto estruturou uma proposta de sequência didática direcionada ao ensino de uma Geografia antirracista, valorizando os saberes, as práticas culturais e as vivências dos povos historicamente excluídos, articulando o conhecimento científico escolar aos saberes tradicionais, conforme os pressupostos da Geografia crítica e das diretrizes contemporâneas da educação geográfica. Por fim, a dissertação explicitou de forma clara e argumentativa o papel da escola na formação de uma consciência social crítica, pautada no respeito à diversidade cultural e na preservação das territorialidades dos povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais, compreendendo a escola como espaço de mediação do conhecimento, enfrentamento das desigualdades e promoção da justiça social. Assim, considerando o atendimento pleno aos eixos propostos, a coerência interna do texto, a articulação entre teoria e prática educacional e a adequação ao formato exigido, entende-se que a pontuação atribuída não reflete

integralmente a qualidade e a abrangência da resposta apresentada, justificando a solicitação de reavaliação com atribuição de nota mínima de 9,5 pontos.

Parecer: O(A) candidato(a) ao elaborar seu texto aborda de maneira inteligente os pontos 1 e 2 da questão apresentada, tendo comentado sobre a responsabilidade do poder público, bem como o papel da escola. No entanto, não realizou discussões sobre proposta didática crítica sobre o assunto, não atendendo plenamente o que foi indicado pelo enunciado da questão. Define-se pela manutenção da nota atribuída.

CPF: 540.***.***-87

Recurso: Venho por meio deste solicitar A REVISÃO da correção do meu gabarito, pois acertei 15 questões, portanto minha nota seria 7,5 e não 7,0 como consta no resultado. Sendo assim tenho direito da minha prova dissertativa ser corrigida.

Tenho minha prova corrigida e não errei nenhuma questão ao passar para o gabarito, portanto se acertei 15 questões minha nota deveria ser um 7,5. Sendo assim teria direito da minha prova dissertativa ser corrigida.

Parecer: Recurso indeferido.

Após nova leitura do Cartão-Resposta do(a) Candidato(a), verificou-se que a nota atingida foi de 7,0, não havendo habilitação para segunda etapa.

Crato, 19 de dezembro de 2025.